

Câmara deve agilizar votação da CPMF

Inocêncio diz que regimento da Casa será alterado e prevê aprovação em março

Catia Seabra, João Domingos e
Monica Gugliano

● BRASÍLIA. Líder da maior bancada da Câmara, a do PFL, Inocêncio Oliveira (PE) deu ontem como certa a aprovação de mudanças no regimento da Casa para acelerar a votação da emenda que prorroga a CPMF e aumenta sua alíquota. Com a redução dos prazos para tramitação de emendas na Câmara à metade, garantiu Inocêncio, a prorrogação da CPMF deverá estar aprovada em março, um mês antes do previsto. A contribuição poderá, então, entrar em vigor já em junho, garantindo uma arrecadação de pelo menos R\$ 1 bilhão além do esperado para este ano.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também

defendeu ontem mudanças no regimento a partir de fevereiro, para acelerar as votações, principalmente dos projetos de emenda constitucional. As alterações no regimento são defendidas também pelo Governo e têm motivo certo: a rápida tramitação da emenda que prorroga a CPMF e aumenta a sua alíquota de 0,2% para 0,38% no primeiro ano e para 0,3% nos dois últimos anos.

Governo quer tirar direito de oposições apresentarem DVS

Temer disse que vai aproveitar este mês para tratar das mudanças regimentais com os líderes de todos os partidos. Ao contrário do Governo, que deseja tomar das oposições o direito que elas têm de apresentar destaques para votação em separado (DVS),

Temer quer mudanças mais profundas.

— Defendo uma modernização geral do regimento, para que as votações possam ganhar rapidez — disse o presidente da Câmara.

O DVS é um artifício regimental que as oposições costumam utilizar em pontos polêmicos de projetos dos quais discordam. Permite que um partido com 50 deputados, como o PT, apresente até três. Feito o DVS, compete à parte que deseja manter o texto do jeito que está a obrigação de conseguir número de votos suficientes para impedir que a parte destacada seja arrancada da proposta. No caso de emenda constitucional, um DVS das oposições obriga o Governo a correr atrás de 308 votos. Caso contrário, a vitória é de quem entrou com o

destaque. Várias das derrotas governistas ocorreram por causa do DVS.

— Se o Governo tentar mesmo promover essa mudança, vamos começar mal. Isso vai causar tensão nas relações entre os governistas e a oposição — disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

Quando aos prazos de tramitação de propostas na Câmara, a intenção é reduzi-los muito. Atualmente, uma emenda constitucional é submetida à Comissão de Constituição e Justiça, que verifica a sua constitucionalidade. Admitida a emenda, é criada uma comissão especial, que tem prazo de até dois meses para apreciar o projeto. Se aprovada a proposta, segue então para o plenário, onde será submetida a duas votações antes de ir para o Senado. ■